CLIPPING

23/2019
28 de Junho de 2019

AVIAÇÃO E AEROPORTOS

- Avianca está perdendo o que quer leiloar
- Governo diz que até 2021 vende 44 aeroportos
- Avianca pede para Justiça impedir redistribuição de ‘slots’ pela Anac
- Governo quer venda conjunta de aeroportos de Pampulha e Confins
- Decisão da Anac acirra disputa de aéreas por horários em Congonhas
- Pampulha pode ser oferecida com fatia de 49% de Confins
- Abear reforça manutenção das regras para distribuição de 'slots'
- Procuradoria e Cade temem queda de concorrência em Congonhas e cobram medidas da Anac
- Anac sinaliza disposição de mudar distribuição de voos em Congonhas

Avianca está perdendo o que quer leiloar

A Avianca Brasil, em recuperação judicial desde dezembro de 2018 e sem voar desde 24 de maio, já perdeu o direito de uso de 88,1% dos horários de pousos e decolagens (slots) que possui no aeroporto de Congonhas e perderá os 11,9% restantes nos próximos dias. A expectativa é que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) retome os slots da Avianca em Congonhas nos próximos dias, o que pode inviabilizar o leilão de ativos da companhia aérea, marcado para 10 de julho.

De acordo com dados da Anac fornecidos ao Valor, até 16 de junho, dos 268 slots a que tem direito em Congonhas, a Avianca Brasil já perdeu 88,1% deles, por descumprir regras de uso. Em Guarulhos, onde tem 840 slots, já perdeu 100% deles. O mesmo aconteceu no aeroporto de Recife, onde a empresa operava 110 slots. No aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, onde a Avianca operava 211 slots, a perda é de 12,8%.

A Anac distribui os slots duas vezes por ano. A próxima redistribuição está prevista para outubro.

Para manter o direito aos slots, as empresas que já operam nos aeroportos precisam cumprir algumas regras. A principal delas é cancelar, no máximo, 10% dos voos, no caso de Congonhas, ou 20% dos voos nos aeroportos de Santos Dumont, Guarulhos e Recife.

No caso de Congonhas, o nível de cancelamentos da Avianca chegou a 36% dos voos previstos para a temporada atual.

No restante dos voos, o nível de cancelamento já havia atingido o limite de 10% de cancelamentos em 16 de junho. Como os voos seguem suspensos, a Avianca já perdeu tecnicamente o direito aos slots em Congonhas.

O mesmo aconteceu com os slots da Avianca em Guarulhos, Santos Dumont e Recife. Ontem, a Anac anunciou que fará a redistribuição imediata dos slots nesses três aeroportos. A agência informou que a redistribuição de slots será feita em caráter de urgência, para regular a oferta de voos nesses três aeroportos.

A distribuição, segundo a Anac, "será feita entre empresas que já manifestaram interesse nesses aeroportos". E valerá para a temporada atual. Na temporada seguinte, que começa em outubro, os slots serão redistribuídos novamente, "priorizando lista de espera e a regulamentação vigente".

Em relação a Congonhas, o presidente da Anac, José Ricardo Botelho, fará uma consulta pública nesta semana com as partes interessadas nos slots - a própria Avianca Brasil, Gol, Latam, Azul e Passaredo. O objetivo é avaliar a melhor forma de realocar os slots, dada a situação de alta concentração da concorrência nesse aeroporto. A agência também avalia a possibilidade de antecipar a redistribuição dos slots, que pela legislação seria feita apenas em outubro.

Pelas regras atuais, a Anac pode distribuir metade dos slots para novos competidores e a outra metade seria dividida igualmente entre os competidores que já estão em Congonhas - Gol, Latam e Azul.

Na semana passada, o Ministério Público Federal, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) enviaram à Anac uma recomendação para a agência revisar as normas, para flexibilizar o conceito de novo competidor em Congonhas e mudar o percentual de slots destinados a novos competidores.

Se a Anac aceitar a recomendação, a mudança favorece principalmente a Azul, que já operada em Congonhas com 13 pares de slots. Pelas regras atuais, a Azul só poderia ser considerada nova competidora se tivesse até 5 slots.

Procuradas, Avianca Brasil e Azul não se manifestaram. Uma fonte próxima da Avianca disse que a companhia avalia recorrer à Justiça para garantir a manutenção dos slots até a realização do leilão. A Latam e a Gol informaram em notas independentes que aguardam a realização do leilão da Avianca. Mas, se não houver leilão, acreditam que a Anac seguirá as regras atuais de redistribuição de slots.

Os slots da Avianca Brasil em Congonhas, Santos Dumont e Guarulhos são os itens de maior interesse para as rivais Gol, Latam e Azul. Sem esses horários de voos, a Avianca fica praticamente sem ativos para negociar, considerando que os cinco aviões de que dispõe são arrendados e a marca da empresa é uma licença da colombiana Avianca Holdings.

De acordo com dados da Avianca enviados à Justiça, a companhia aérea detinha em janeiro deste ano R$ 201,5 milhões em equipamentos, móveis, equipamentos, veículos e instalações.

A dívida que consta no plano de recuperação judicial é de R$ 2,7 bilhões.

A Avianca começou a cancelar voos em maior escala em 13 de abril, quando empresas de arrendamento conseguiram na Justiça recuperar aviões em uso pela aérea. No dia 28 de abril, a operação da Avianca já estava concentrada em Congonhas e Santos Dumont. Em 24 de maio, a Anac suspendeu cautelarmente os voos da Avianca, por razões de segurança operacional. Essa suspensão foi publicada na edição de ontem do "Diário Oficial da União".

Fonte: Valor

Governo diz que até 2021 vende 44 aeroportos

Congonhas e Santos Dumont integram pacote, diz ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas

O governo quer repassar todos os aeroportos da Infraero para a iniciativa privada até 2021, inclusive Congonhas, em São Paulo, e Santos Dumont, no Rio de Janeiro, informou na segunda-feira, 24, o ministro de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas. Segundo ele, o Brasil está na mira dos investidores estrangeiros e a abertura do setor de aviação para o capital estrangeiro, já aprovada pelo Congresso, vai ajudar a fazer crescer o setor.

"Já fizemos 12 leilões de aeroportos. Houve interesse da iniciativa privada. Em outubro, vamos fazer um leilão de 22 aeroportos. E depois mais um leilão de outros 22 aeroportos, incluindo Santos Dumont e Congonhas. Será até o fim de 2021, ou no mais tardar no início de 2022. Mas a ideia é passar tudo para a iniciativa privada até 2021", disse Freitas em evento promovido pela Lide, Conselho de Líderes Empresariais, no Rio de Janeiro.

O ministro avaliou que a abertura do mercado de aviação para empresas estrangeiras ajuda a criar concorrência também para os aeroportos. "Tivemos uma vitória que vai impulsionar o mercado de aviação que é o capital estrangeiro. Depois da Air Europa, tem mais três ou quatro empresas estrangeiras interessadas em vir para o Brasil", afirmou o ministro, explicando que a Infraero passará a se dedicar aos voos regionais.

A maior dificuldade apontada pelos investidores, segundo Freitas, é o ambiente regulatório brasileiro, altamente complexo, e o preço do combustível, "o mais caro do mundo", disse em referência ao querosene de aviação.

Discursando para empresários, Freitas defendeu a manutenção da Empresa de Planejamento Logístico (EPL), criada no governo Dilma, do qual fez parte, argumentando que "lá dentro não existe mais trem-bala", referindo-se ao projeto do governo petista para ligar Rio de Janeiro a São Paulo, mas que nunca saiu do papel. Segundo ele, a EPL está se tornando uma estruturadora de projetos e será fundamental para os planos do governo na infraestrutura, que conta ainda com o apoio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Caixa Econômica Federal.

Os bancos públicos serão parceiros também no processo de privatização de todas as Docas que administram os portos do País. A primeira será a do Espírito Santo, a mais saudável (poucos passivos e conflitos trabalhistas), segundo o ministro, e em seguida a Docas de São Sebastião, em São Paulo.

As ferrovias também estão na lista do ministro, que pretende mudar o marco regulatório para permitir autorizações para a construção das malhas, sem necessidade de leilão. Outra aposta são as negociações que estão sendo feitas com as empresas que adquiriram concessões ferroviárias na década de 1990 e que agora estão se encerrando, como ocorreu na semana passada com a Vale. A mineradora renovou as concessões das ferrovias de Carajás e Vitória-Minas por mais 30 anos.

Em troca, ainda dependendo de autorização do Tribunal de Contas da União (TCU), vai construir a ferrovia de integração Centro-Oeste (Fico). Depois de finalizada, a ferrovia passará a ser da União e vendida. Outro trecho, de Cariacica e Anchieta, no Espírito Santo, também está sendo negociada com a mineradora, informou Freitas.

Fonte: Estadão

Avianca pede para Justiça impedir redistribuição de ‘slots’ pela Anac

A Avianca Brasil, representada pelo escritório Thomaz Bastos, Waisberg, Kurzweil Advogados, entrou na noite da última terça-feira com pedido na Justiça para tentar impedir a redistribuição dos horários de pousos e decolagens (“slots”) que eram de uso da aérea nos aeroportos de Congonhas, Guarulhos e Santos Dumont.

O pedido foi enviado à 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

A Avianca Brasil solicita que a Justiça impeça a redistribuição dos slots pela Anac e permita que a companhia aérea em recuperação judicial mantenha a posse dos slots até a transferência efetiva das unidades produtivas isoladas (UPIs) aos seus compradores.

Na petição, a Avianca Brasil informou que já constituiu as sete UPIs, empresas que conterão ativos da Avianca Brasil e serão levadas a leilão, no dia 10 de julho. No plano de recuperação judicial, homologado pela Justiça, a Avianca previa transferir para essas UPIs os slots que utilizava nos aeroportos de Congonhas, Guarulhos e Santos Dumont.

A empresa aérea alega que a redistribuição dos slots antes do leilão impediria a companhia de angariar recursos no certame para pagar seus credores.

A Avianca também ressaltou que a Anac defendeu a impossibilidade de flexibilizar o regulamento para a implementação do plano de recuperação judicial da companhia, mas pretende agora flexibilizar a regulamentação, obrigando a Avianca a devolver imediatamente os slots.

Pelas regras atuais, os slots só poderiam ser redistribuídos no início da nova temporada de voos, em outubro.

Fonte: Valor

Governo quer venda conjunta de aeroportos de Pampulha e Confins

Segundo o ministro da Infraestrutura, Pampulha gera hoje prejuízo de R$ 35 milhões por ano para a Infraero

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, disse que o governo quer conceder para a iniciativa privada o aeroporto de Pampulha, em Belo Horizonte (MG), de forma associada com o aeroporto de Confins (MG) no fim de 2021.

Pampulha pertence à Infraero e hoje opera apenas voos da aviação geral, com aeronaves de pequeno porte. Já os voos comerciais são operados no aeroporto de Confins (MG), leiloado em 2013 e operado pela BH Airport, sociedade de propósito específico formada pela CCR, Zurich Airport e pela própria Infraero, que detém 49% de participação.

O modelo em estudo pelo governo prevê que o vencedor do leilão do aeroporto de Pampulha fique, também, com a participação da Infraero em Confins. "Estamos dispostos a discutir essa saída", disse o ministro na terça-feira, 25, em audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado. A venda da participação da Infraero nos aeroportos privatizados - Guarulhos, Campinas, Brasília e Galeão - faz parte dos planos do governo Bolsonaro antes de 2021.

Segundo o ministro, Pampulha gera hoje prejuízo de R$ 35 milhões por ano para a Infraero. Ainda de acordo com ele, não há nenhuma cláusula que proíba as operações de Pampulha no contrato de concessão assinado com a BH Airport para exploração de Confins.

"O que nos move a reabrir parcialmente o aeroporto de Pampulha é a sustentabilidade da Infraero", disse o ministro.

Segundo ele, nos estudos que deram base à concessão de Confins, abertos para os proponentes, havia previsão de que Pampulha movimentasse um milhão de passageiros por ano. "Se fecharmos Pampulha, como fica a aviação geral, de pequeno porte? Imaginem eles ocupando slots (horários de pousos e decolagens) e tomando espaço dos aviões de grande porte em Confins. Simplesmente vamos fechar? Para onde aviação geral irá? Esta pergunta nós temos que fazer", afirmou.

Em março deste ano, o Tribunal de Contas da União (TCU) revogou uma cautelar que proibia voos domésticos em Pampulha, em vigor desde o fim de 2017. Na época, o governo publicou portaria que reabria o aeroporto para voos regulares de longa distância. A representação ao TCU foi apresentada pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Regional

Desde 2004, Pampulha opera apenas voos regionais e serviços de táxi aéreo, mas a retomada de voos comerciais regulares pode afetar as receitas da BH Airport em Confins. Na época, a concessionária também entrou na Justiça contra a reabertura de Pampulha.

No modelo proposto, o concessionário que vencer a disputa por Pampulha terá direito a assento no Conselho de Administração da BH Airport, o que, na avaliação do governo, pode impedir concorrência predatória entre os dois aeroportos.

Fonte: Estadão

Decisão da Anac acirra disputa de aéreas por horários em Congonhas

Agência fará consulta que pode flexibilizar regra para redistribuição de autorizações da Avianca

O anúncio da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) da abertura de uma consulta sobre como será a redistribuição dos slots (autorizações de pousos e decolagens) da Avianca em Congonhas intensificou a disputa entre as companhias por horários no aeroporto.

A decisão abre a possibilidade para a flexibilização, nesse aeródromo, da regra atual para a distribuição dos slots. As autorizações são alvos de disputa entre Gol, Latam, Azul e novas companhias aéreas devido à alta rentabilidade da ponte aérea São Paulo-Rio de Janeiro.

Pela norma vigente, 50% das autorizações devem ser distribuídas entre as atuais competidoras, e os outros 50%, para empresas que ainda não operam no mercado. Com isso, Gol e Latam, as duas maiores marcas do setor, receberiam mais autorizações.

Em nota sobre a consulta, a Anac afirma que Congonhas tem "nível crítico de concentração e altíssima saturação de infraestrutura". Nos outros três aeroportos em que a Avianca operava (Guarulhos, Santos Dumont e Recife), os slots foram redistribuídos de acordo com a regra atual.

O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e o Ministério Público Federal já haviam recomendado a flexibilização do conceito de novo entrante e a mudança do percentual de slots da Avianca a serem distribuídos para as aéreas remanescentes para evitar concentração de mercado.

Esses órgãos querem que a Anac adote providências para que a repartição dos horários da Avianca seja feita "lançando mão da interpretação mais favorável à livre concorrência".

A Abear, associação das empresas aéreas que não tem a participação da Azul, é contra mudanças da regra.

"Alterar uma regulação em apenas um aeródromo por questões conjunturais pode ameaçar a participação de novas entrantes que já manifestaram publicamente o seu interesse em operar em Congonhas, como a

Passaredo e a Twoflex, (...) Sideral, (...) além de companhias estrangeiras", diz.

Gol e Latam afirmaram que que aguardam a realização do leilão da Avianca e que, caso ele não ocorra, que a Anac siga as regras atuais de redistribuição de slots.

A agência, porém, também suspendeu a concessão da Avianca Brasil. A empresa já havia perdido, em maio, seu certificado de homologação. As decisões inviabilizam o pregão de slots.

Para a Azul, a decisão da Anac é "louvável". Em nota, diz que "a atual regra precisa ser aperfeiçoada para não causar maior concentração de mercado na ponte aérea, (...) que hoje só é operada por duas empresas".

As três concorrentes protagonizaram uma disputa pelos slots da Avianca em Congonhas desde a recuperação judicial da empresa. Fizeram propostas para comprar seus ativos, mas um vaivém na Justiça e nas ofertas de aquisição atrasou o processo.

“A medida da Anac dá a impressão de que o leilão não vai acontecer. Poderá haver uma mudança na regra em Congonhas, que pode ser feita por resolução”, diz Fabio Falkenburger, sócio do escritório Machado Meyer.

Fonte: Folha de SP

Pampulha pode ser oferecida com fatia de 49% de Confins

O governo estuda fazer a oferta à iniciativa privada do Aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, prevista na 7ª rodada de concessão, conjugada aos 49% de participação da Infraero no Aeroporto Internacional de Confins, localizado a cerca de 40 quilômetros da capital mineira. Nesta terça-feira (25), o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, explicou que a estratégia pode neutralizar o risco de concorrência predatória entre os dois terminais, ao abrir a operação de Pampulha à oferta de voos interestaduais.

"Se isso for mesmo ocorrer, o novo concessionário leva Pampulha e ganha um assento em Confins. Ele passa a tomar decisões também em Confins", afirmou Freitas, na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado. Para acalmar os ânimos de senadores mineiros, ele assegurou que nenhuma decisão será tomada sem ouvir antes a bancada parlamentar do Estado.

Para o ministro, a decisão de levar Pampulha a leilão entre o fim de 2021 e início de 2022, associada à participação em Confins, passa pela abertura "parcial" das operações aos voos comerciais interestaduais. Atualmente, o aeroporto da capital oferta voos regionais, apenas entre cidades de Minas Gerais.

O governo avalia que a abertura de Pampulha a outras modalidades de voos importantes pode assegurar a sustentabilidade financeira da operação do terminal. "A Infraero opera hoje com R$ 35 milhões de prejuízo/ano em Pampulha. Isso é muito ruim", afirmou.

O ministro considera que não há justificativa plausível para a tentativa da concessionária de Confins querer barrar a abertura de Pampulha aos voos para outros Estados. "Observe que quando o aeroporto de Confins foi licitado não havia nenhuma cláusula que dissesse que Pampulha seria fechado. Pelo contrário, o Evtea [estudo de viabilidade] apresentado na licitação previa o movimento de um milhão de passageiros/ano", argumentou.

Freitas explicou que, diante da dificuldade da Infraero em sustentar a operação de Pampulha, o governo chegou a cogitar a transferência do aeroporto para o governo de Minas Gerais. No entanto, lembrou que o Estado enfrenta dificuldade de manter os próprios aeroportos, que chegam a receber ajuda do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) . "Não vejo o governo de Minas, hoje, em condições financeiras de fazer a operação desse aeroporto, ainda que seja de menor envergadura".

O governo já havia autorizado a Infraero a iniciar os estudos para a venda da participação de 49% nos aeroportos de Guarulhos (SP), Brasília (DF) e Galeão (RJ), além de Confins. Trata-se de fatias assumidas pela estatal nos leilões de concessão promovidos no governo Dilma Rousseff.

Fonte: Valor

Abear reforça manutenção das regras para distribuição de 'slots'

A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), entidade que representa as empresas Gol, Latam, Latam Cargo, Avianca, Boeing, MAP e Passaredo, divulgou nota na qual volta a defender a manutenção das regras atuais de distribuição de horários de pousos e decolagens ("slots") nos aeroportos.

Em entrevista ao Valor, a associação já havia defendido essa posição, que é favorável para suas associadas no caso da redistribuição dos slots da Avianca Brasil, mas não favoreceria a Azul, ex-associada.

Em nota, a Abear afirma que "segurança jurídica significa estabilidade de normas contra ameaças de mudanças casuísticas. Tal princípio tem importância em todo o mundo, uma vez que indica a certeza que empreendedores e investidores podem ter quanto a recursos estratégicos alocados em um determinado país".

A entidade afirmou que no setor aéreo, que demanda investimentos milionários constantes, projetados em horizontes de longo prazo, "nada pode ser mais nocivo quanto o risco da alteração oportunista de regras".

A Abear acrescentou que os parâmetros atuais que regem a alocação de slots foram discutidos em 2013 e 2014 com representantes do setor — incluindo a Azul — e chegou-se ao consenso de distribuição e manutenção dos slots com base no histórico de qualidade dos serviços prestados.

"Alterar uma regulação em apenas um aeródromo por questões conjunturais pode ameaçar a participação de novas entrantes que já manifestaram publicamente o seu interesse em operar em Congonhas, como a Passaredo e a Twoflex, ambas associadas à Abear; Sideral, outra nacional, além de companhias estrangeiras, como a espanhola Air Europa, do grupo Globalia", acrescenta a nota.

Fonte: Valor

Procuradoria e Cade temem queda de concorrência em Congonhas e cobram medidas da Anac

Órgãos dizem que é preciso evitar 'concentração do mercado de passagens aéreas'

O Ministério Público Federal recomendou que a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) flexibilize o conceito de novo entrante no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, e modifique o percentual de slots (autorizações de pousos e decolagens) remanescentes da Avianca Brasil a serem distribuídos para as aéreas remanescentes.

Em comunicado à imprensa nesta segunda-feira (24), a Procuradoria afirma que as medidas são necessárias para que "se evite concentração do mercado de passagens aéreas nas mãos de poucas empresas, o que provocaria novos aumentos no valor das passagens".

A Anac suspendeu concessão da Avianca Brasil na última sexta-feira (21). A empresa, que está em recuperação judicial, teve operações suspensas em maio. A autarquia decidiu também pela imediata redistribuição dos slots que deixaram de ser operados pela companhia nos aeroportos de Guarulhos, Santos Dumont (no Rio de Janeiro) e Recife.

Em Congonhas, em razão de o aeroporto já apresentar um "nível crítico de concentração e altíssima saturação de infraestrutura", segundo a agência reguladora, haverá um processo de consulta nesta semana para ouvir as partes interessadas sobre a distribuição dos horários de voos.

Para o Ministério Público, que assina um documento conjunto com o Cade

Isso poderia ocorrer "diante da incerteza da valoração dos slots atribuídos à recém-falida Avianca e dos atuais critérios interpretativos adotados pela Anac a novos entrantes".

Segundo a procuradora Mariane Guimarães, a suspensão das operações da Avianca Brasil já elevou preços de passagens aéreas em diversas rotas nacionais.

"A flexibilização do conceito de empresa aérea entrante, previsto pela Anac, já poderia mudar o quadro atual de distribuição dos slots e, assim, trazer um pouco mais de simetria a esse mercado", disse a procuradora no comunicado à imprensa.

Além da flexibilização, Procuradoria, Cade e a Senacom recomendam que a Anac adote providências necessárias para a redistribuição dos slots à Avianca, "lançando mão da interpretação mais favorável à livre concorrência e à defesa do consumidor".

A Avianca Brasil já foi a quarta maior companhia aérea do Brasil e planejou para 10 de julho leilão dos slots da empresa na expectativa de levantar pelo menos 140 milhões de dólares. Mas sem os slots em São Paulo, que representam a parte mais lucrativa dos ativos da companhia aérea, não está claro se o leilão vai ocorrer.

Representantes da Avianca Brasil não comentaram o assunto de imediato.

Além de Gol e Latam, a Azul manifestou interesse nos slots da Avianca Brasil.

Fonte: Folha de SP

Anac sinaliza disposição de mudar distribuição de voos em Congonhas

Agência lança consulta pública em meio a disputas causadas pela crise da Avianca Brasil

A Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) anunciou nesta segunda-feira (24) a abertura de uma consulta pública sobre a redistribuição de slots (autorizações para pousos e decolagens) da Avianca em Congonhas, ou seja, os interessados nas autorizações para voar no aeroporto paulista poderão levar suas sugestões à agência.

A iniciativa da Anac pode sinalizar uma disposição da agência em alterar o modo de distribuição dos slots para o caso específico da Avianca, algo que tem gerado conflito entre as empresas do setor.

Pela regra atual, 50% dos slots devem ser distribuídos igualmente entre as atuais competidoras e os outros 50%, para novas empresas que ainda não concorrem neste mercado.

No entanto, segundo especialistas e o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), há risco de acentuar a atual concentração na operação da ponte aérea Rio-São Paulo, hoje dominado pelas gigantes Latam e Gol.

Após a entrada da Avianca Brasil em recuperação judicial, em dezembro, as empresas concorrentes, Latam, Gol e Azul, iniciaram uma disputa pelos slots em Congonhas.

Fizeram propostas para comprar a empresa, mas um vaivém na Justiça e nas ofertas de aquisição atrasou o processo. Há algumas semanas, a Anac já havia suspendido temporariamente o certificado de operação aérea da Avianca Brasil. No comunicado desta segunda, ela também suspende a concessão da companhia para operar, uma medida ainda mais abrangente tecnicamente.

Fonte: Valor